A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DÍVIDA NA SUINOCULTURA INTEGRADA

MARIA IGNEZ SILVEIRA PAULILO
Universidade Federal de Santa Catarina

Em Santa Catarina, o tempo "sistema de integração" é utilizado tanto por técnicos quanto por agricultores. Um produtor é integrado quando produz matéria-prima para uma empresa sob a supervisão direta desta empresa, recebendo dela insumos e orientação técnica, por um lado, e comprometendo-se, por outro, a entregar-lhe toda a produção.

A relação entre pequenos produtores de matérias-primas e agroindústrias tem-se constituído em nosso tema de estudo nos sete últimos anos. Esse interesse levou-nos a realizar duas pesquisas em épocas e locais distintos. A primeira delas foi na região oeste do Estado de Santa Catarina em 1980 e a segunda, que é a que nos fornece material para esse artigo, foi realizada no sul do mesmo Estado em 1983. No oeste entrevistamos suinocultores e avicultores e, no sul, suinocultores, avicultores e fumicultores.

O estudo da suinocultura integrada se constitui num longo capítulo de minha tese de doutoramento (Paulilo 1987)[2]. Neste artigo, porém, pretendemos nos ater à análise de um dos fatos que mais nos chamaram a atenção durante os primeiros dias de pesquisa de campo. Há uma idéia generalizada de que o que prende o suinocultor ao frigorífico são suas dívidas para com a empresa integradora[3]. Esta idéia é defendida tanto em conversas informais

2. Estudamos produtores de suínos ligados ao Frigorífico Sul Catarinense (FRISULCA).
3. O trabalho do CEAG/SC (1978) dá suporte científico a essa idéia. Embora seja um trabalho de circulação restrita, é bastante conhecido no Estado e serviu de base para trabalhos de circulação mais ampla sobre a agropecuária catarinense.

Anuário Antropológico/89
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992

quanto em debates acadêmicos, tanto assim que causa estranheza aos alunos dos cursos de Sociologia Rural qualquer discussão sobre esse fato, tido como absolutamente seguro. Estranheza maior, porém, assalta o pesquisador que, estando em campo, percebe que o suinocultor integrado, embora esteja em constante situação de dívida para com o frigorífico, afirma e demonstra que pode saldar o débito no momento em que a isso se dispuser. Para compreendermos este aparente paradoxo será necessário que nos detenhamos um pouco na análise do tipo de rendimento que a suinocultura propicia.

O rendimento na suinocultura

A afirmação de que o que prende o produtor à agroindústria são as dívidas não se limita ao caso dos suinocultores, mas é extensiva aos avicultores e fumicultores (CEAG/SC 1978: 25, 172 e 1979; CEBRAP 1980: 171/2 e Cravo 1978: 121). Essa afirmação não deriva do discurso dos próprios entrevistados, mas sim da idéia de que esses produtores têm uma renda negativa, e de que, portanto, estão empobrecendo cada vez mais, como acontece com qualquer pessoa que gaste mais do que ganhe. Mas há nesse raciocínio uma passagem ilícita, pois renda negativa não significa descapitalização nem pauperização crescente. O que acontece é que os defensores dessa idéia fazem o cálculo do rendimento do produto incluindo mão-de-obra, depreciação, juros sobre o capital, enfim, todos aqueles itens próprios de um cálculo considerado "capitalista". Colocàmos capitalistas entre aspas pelo fato de que não sabemos até que ponto mesmo as empresas capitalistas seguem um raciocínio tão rígido. Esse tipo de cálculo pressupõe uma univocidade de valores que o cotidiano não tem. Para o colono, o cálculo é outro. Renda é tudo o que sobra no final do processo produtivo. Investimento é tudo aquilo que fica na propriedade, seja uma máquina, uma benfeitoria ou um pedaço de terra recuperado. Estando o financiamento pago, o bem adquirido é considerado lucro, não importando o montante de retorno que ele traga (Lovisolo 1982: 218 e 275). Esse retorno é, muitas vezes, difícil de quantificar, pois pode significar mais tempo de lazer, maior descanso para os velhos ou possibilidade de dispensar o trabalho de um filho para que ele possa estudar (Lovisolo 1982: 248 e Ribeiro *et alii* 1981: 45).

Quando os entrevistados insistem na idéia de que a produção integrada dá lucro, essa afirmação é vista como parte do desconhecimento que o produtor tem dos cálculos econômicos, o que não lhe permite calcular separadamente os custos e benefícios de cada ramo de produção a que se dedica, deixando de perceber uma atividade deficitária quando ela é compensada por outras. Na realidade, calcular a renda proporcionada por um único produto, a partir das entrevistas, é impossível, pois, como dizem os próprios informantes, "colono é um monte só", querendo dizer, com isso, que o cálculo é feito levando em conta tudo o que produz a propriedade. Para eles, os diferentes ramos a que se dedicam estão interligados. Por exemplo, alimenta-se o porco com o milho produzido, aduba-se o milho com o esterco do porco e a venda da carne suína permite nova produção de milho, e também a de outras culturas que tornam possível ao agricultor suportar um preço baixo pelo quilo da carne. É preciso, portanto, reconsiderar o porquê do fato do agricultor não fazer o cálculo produto por produto, e não atribuí-lo à ignorância ou "falta de espírito empresarial". O que acontece é que esse tipo de cálculo não faz sentido para o produtor, porque não lhe serve de instrumento para pensar e decidir sobre o seu dia-a-dia. Chayanov (1981: 138) fala no "produto indivisível".

No decorrer do trabalho de campo ficou claro que o conceito de "produto indivisível" era mais fundamental para se entender o cálculo econômico feito nas propriedades estudadas do que os cálculos de custo de produção elaborados pelos técnicos. Porém a insistência da literatura na existência de renda negativa e empobrecimento progressivo fez com que procurássemos estimar, mesmo que grosseiramente, o rendimento do produto integrado. Mas, para que não perdêssemos de vista a unidade como um todo, porque era esse parâmetro utilizado pelos entrevistados, procuramos mostrar o que chamamos de "vantagens secundárias" de cada um desses produtos. Explicando melhor, procuramos mostrar que o produtor redistribui, no seu pedaço de terra, aquilo que ele obtém através da integração.

Para estimar o rendimento da suinocultura, procuramos informações junto aos órgãos técnicos, principalmente o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA/SC). Os dados apresentados foram os seguintes: se um proprietário decidisse, em março de 1983, começar a criar porcos, devendo, portanto, construir as instalações e adquirir o plantel, e se esse proprietário fizesse um cálculo "capitalista" de seu custo de produção, o quilo de porco lhe sairia a Cr$ 248,00, ao passo que o frigorífico

estava pagando apenas Cr$ 205,00. Se já tivesse as instalações pagas, o custo seria de Cr$ 223,98. Porém, fazendo o cálculo como o faz o agricultor, sem contar mão-de-obra, transporte, despesas de administração e juros, o valor seria de Cr$ 184,51. Há aí um saldo mínimo de Cr$ 20,50 por quilo de porco. Esse saldo aumenta porporcionalmente à quantidade de milho produzida na propriedade. O custo desse grão corresponde a 46.0% dos custos variáveis e 41.4% dos custos totais[3].

O conhecimento pormenorizado do custo de produção de suínos não nos trouxe nada de novo. Mostra aquilo mesmo que o produtor afirma nas entrevistas: que o rendimento do porco não é alto, mas que, como ele não paga mão-de-obra, planta parte do milho, repara, ele mesmo, as instalações e tem grande parte da subsistência garantida, esse rendimento compensa porque é seguro. Ele tem garantida a venda de toda a produção, à hora que quiser. Em anos de crise, quando o preço do quilo do porco não só não aumenta como chega mesmo a baixar, a situação fica muito difícil para o suinocultor. Porém, mesmo assim, eles resistem em afirmar que tiveram prejuízo, no sentido de perda líquida de recursos, de empobrecimento. Mesmo um baixo rendimento lhes permite "manter um capital dentro da propriedade", ou seja, permite que mantenham o plantel. Para eles não houve ganho, mas, tampouco, perda. Perda ou prejuízos têm, entre os produtores, um sentido mais drástico. O termo prejuízo descreve situações onde grande parte da colheita foi perdida por causa das chuvas, geadas ou outro motivo qualquer. Nesses casos, os produtores têm que conseguir dinheiro com outro produto, ou vender algum bem, para pagar os empréstimos de custeio que fizeram junto ao banco. Mas, no caso do porco, onde, mesmo em situação de crise, eles não precisam tirar dinheiro de outra fonte, porque, em último caso, vendem uma matriz ou alguns porcos, consideram que essa atividade no mínimo se paga. Para os suinocultores do sul do Estado, a criação de suínos está longe de ser um ramo deficitário.

A idéia de que o rendimento do produto integrado é negativo leva, necessariamente, à conclusão de que somente as dívidas mantêm o criador ligado ao frigorífico (CEAG/SC 1978: 25). Nessa afirmação há duas idéias centrais que precisam ser discutidas: primeiro, que o baixo rendimento é

---

3. Um produtor com 20 criadeiras entrega ao frigorífico, por ano, cerca de 340 animais com 85 kg cada. O entrevistado que tinha menor número de matrizes possuía 15.

mais acentuado no sistema de integração e, segundo, que os produtores estão sempre devendo à empresa.

De acordo com os produtores, preço baixo não é privilégio do produto integrado. No próprio trabalho do CEAG/SC (1978), os autores mostram que, na média do Estado de Santa Catarina, se o cálculo do rendimento da suinocultura for feito em moldes capitalistas, tanto integrados como não integrados têm rendimento negativo. Mostram, ainda, que o criador integrado tem um retorno maior por cabeça de animal vendido, apresentando um tempo também maior de trabalho diário. Não é esse maior retorno, entretanto, que atrai os criadores. O que mais importa é que o produto integrado tem um rendimento seguro[4]. A instabilidade do preço dos produtos agrícolas é tema recorrente quando se fala dos principais problemas do meio rural brasileiro. Na safra, o preço baixa. Quando começa a subir, o agricultor já foi obrigado a vender seu produto, ou para saldar as dívidas contraídas durante o ano agrícola, ou por dificuldade de estocagem. Os frigoríficos quebram com essa instabilidade, na medida em que tornam a oferta constante. Altmann (1980: 146/7) mostra que a atuação dessas empresas, no período de 1970 a 1977, embora fosse responsável por apenas 15% do número de abates do Estado, já havia produzido uma ligeira redução nos índices de sazonalidade da oferta em Santa Catarina. O coeficiente de variação do número de abates, que era de 0,68 em 1970, caiu para 0,12 em 1977.

O suinocultor integrado dificilmente atribui a responsabilidade pelo baixo preço do porco à empresa, durante as crises do produto. Ao contrário, é nas crises que a atuação do frigorífico é mais importante, pois garante a compra da produção e subsidia o custo do milho. Como já comercializava suínos antes de se ligar ao frigorífico, o criador sabe que o mercado desse produto é instável, pois varia não só em função da boa ou má safra de grãos como também do preço das outras carnes, de boi e de frango, mais procuradas pelos consumidores. Por isso, ele se prepara para os momentos difíceis. Do que o produtor se queixa é que, com a desculpa de "segurar o preço" quando a situação não está boa, a firma paga pouco quando o mercado está favorável. Embora aceite que ela pague mais pelo porco comprado do produtor independente porque "não investiu nele", entende que a diferença

---

4. Outros trabalhos sobre integração também salientam esse ponto. Ver, entre outros, CEAG/SC (1978: 136) e Lenzi *et alii* (1981: 95-96).

entre os dois valores deveria ser menor. É nos piores momentos, portanto, que o suinocultor mais se identifica com o frigorífico e menos critica sua situação.

A *preocupação com os "anos ruins" é um elemento fundamental* na ligação produtor/indústria. Segundo informações obtidas junto ao CEPA/SC, a crise que atingiu a suinocultura nos anos de 1980 e 1981 fez com que grandes criadores, principalmente os com mais de 120 criadeiras, saíssem do mercado. A tendência atual, então, está sendo a de que o aumento da produção de suinos se dê dentro do sistema integrado. Essa crise foi o resultado de uma conjunção de fatores desfavoráveis. O aparecimento da peste suína nos rebanhos brasileiros, no final dos anos 70, embora contestada hoje por agricultores e técnicos, na época provocou uma diminuição drástica das exportações, e o consumo interno caiu. Também, o preço da carne bovina estava favorável ao consumidor, e como ela tem preferência no gosto popular, o preço do porco, para poder competir, teve que baixar. Junta-se a isso o aumento do custo de produção do milho, devido à alta constante nos preços dos fertilizantes.

Esse aumento da integração, após uma crise, deve-se ao fato de que, se as empresas integradoras não pagam acima do mercado paralelo nos momentos favoráveis, mantêm o preço nos momentos ruins. Para produtos cujo valor oscila com freqüência, característica facilmente encontrável nos produtos de origem agrícola, a estabilidade do preço é um fator tão importante quanto seu montante. Essas empresas são, também, consideradas idôneas, isto é, o integrado não se preocupa com a possibilidade de não receber o pagamento devido, ou recebê-lo com grande atraso, fatos tanto mais graves quanto mais difícil estiver a situação do mercado. No comércio paralelo, onde as vendas são feitas sem nota fiscal, o risco de perda é maior, pois nem mesmo provas de que a transação foi feita existem.

É tão recorrente a queixa de que o porco não é um produto de preço estável, que uma pergunta "natural" seria: por que produzir porcos nos anos ruins? O que observamos é que persistir com o mesmo produto, apesar das crises do preço, não é uma característica apenas dos suinocultores integrados. Aqui chegamos a um ponto fundamental para a compreensão do universo dos produtores do sul, que é a idéia de "ramo". O suinocultor diz: "meu ramo é esse, criar porcos". O fumicultor diz que seu ramo é o fumo e assim por diante:

> ... porque tudo tem sua crise. Uma época é o porco, uma época é isso, é aquilo,então tudo tem a sua crise e é geral, então é assim: cada um dentro do seu *ramo*, ele agüenta. Agora, se ele vai começar a pular de uma coisa para outra, como se diz assim, quem pula de galho em galho vive mal sempre, não é? (Suinocultor integrado).

Há um consenso geral de que quem muda muito de produto "não vai prá frente", de que crises todo produto tem e são imprevisíveis e inevitáveis. A mudança pode calhar de ser para pior e não para melhor. A solução encontrada é ter mais de um ramo, é ser policultor. Quando um produto está em baixa, outro compensa.

> Bom, o agricultor, em qualquer atividade que ele esteja, ele tem que ser um pouco teimoso e permanecer naquilo que está. Quando está ruim, se vai fugir pra outra, quando a outra está boa, até aquela altura, quando a suinocultura volta novamente a estar boa, a outra está pior. Então ele tem que permanecer numa só. Passa por fases ruins e por fases boas. (Suinocultor integrado).

A policultura, ao contrário do que às vezes se pensa, está sempre presente nas propriedades ligadas a empresas integradoras de suínos, aves ou fumo, seja no Estado de Santa Catarina, seja em outros Estados onde atuem (Altmann 1980: 29; CEAG/SC 1978: 95 e Liedke 1977: 39). Em Santa Catarina, essa característica não sobressai porque todo o Estado é policultor. Isso não nega a importância da existência de várias culturas para a atuação dessas agroindústrias que, assim, não temem que, num ano de crise, venham a perder seus fornecedores de matérias-primas. Não é por acaso que Santa Catarina, Estado tradicionalmente policultor, seja um lugar privilegiado para o estudo do sistema de integração no Brasil.

Quando se trabalha com a noção de renda nas unidades familiares de produção, é preciso ter duplo cuidado porque há dois extremos que se devem evitar. Dizer que o produtor não privilegia o retorno financeiro é admitir uma auto-suficiência mítica. Mas, também, pensar que em função do dinheiro se pode rearrumar, a curto prazo, tanto o ambiente físico como toda uma rede de relações, é superestimar a força desse fator. A agricultura, hoje, exige investimentos a longo prazo que não podem ser abandonados de uma hora para outra. Desistir de criar porcos significa vender criadeiras e reprodutores e, depois, começar tudo de novo quando o preço subir, o que fatalmente ocorrerá, de acordo com os entrevistados.

Além dessa idéia de ramo, os produtores alegam outras razões para criar suínos. Nessa atividade, desde que o número de matrizes não seja muito pequeno, a procriação pode ser programada de tal modo que todo mês haja animais a serem vendidos. Então o colono tem, mensalmente, uma certa quantia de dinheiro. Como o porco é um produto que, se vendido em unidades, sempre tem mercado, seja açougues, famílias que preparam festas como as de casamento, ou mesmo famílias numerosas que carneiam o porco em casa, o suinocultor consegue um dinheiro extra quando precisa. Esses animais têm também a vantagem de não precisar estar terminados para serem vendidos. O leitão encontra bastante aceitação entre os compradores, seja para consumo imediato, seja para engordar em casa e depois abater. Mesmo os produtores integrados lançam mão desse mercado paralelo, sempre disponível, principalmente porque conseguem um preço melhor do que o pago pelo frigorífico. Vender para terceiros tem não só a vantagem do preço maior como, também, sendo a transação feita sem nota fiscal, nenhum imposto é descontado do valor recebido. Ao que parece, a empresa tolera o desvio esporádico.

Não se pode vender um porco totalmente às escondidas, pois os animais são numerados através de furos e recortes nas orelhas. Mas existe certa camaradagem entre técnicos e produtores. Geralmente os empregados do frigorífico são pessoas do lugar, filhos de agricultores e, portanto, identificam-se com os problemas dos criadores. Mas também há, por parte da firma, uma necessidade de fazer "vista grossa", isto é, fingir que não vê, pois ela paga mais caro o porco que vem de fora da região e não possui criação própria para abate, participando com apenas cerca de 4% do total de animais abatidos, referentes ao descarte do plantel. Embora a empresa não esteja estimulando o aumento do número atual de integrados, ela faz empenho junto aos produtores para que aumentem o número de criadeiras, pois, de acordo com depoimentos colhidos junto aos dirigentes do frigorífico, desde 1979 há falta de porcos no mercado.

Em decorrência de problemas sanitários ocorridos em 1979 e da baixa do preço do porco em 1981, os criadores independentes diminuiram o rebanho. Com isso, a procura do produto aumentou. Os integrados são muito procurados pelos açougueiros. Têm, porém, com eles uma relação contraditória. Ao mesmo tempo em que consideram que na ação desses comerciantes existe um duplo crime, o de sonegação e o de vender carne nem sempre em bom estado (eles falam muito a respeito de animais doentes que são retalha-

dos e vendidos à população), continuam a fornecer animais para esse tipo de comércio sempre que precisam de dinheiro.

O porco vendido "por fora" não é, necessariamente, desviado da firma. O produtor é dono de suas criadeiras e seus reprodutores. O compromisso com a firma só exige a entrega da prole; portanto, quando esses animais estão velhos, são engordados e vendidos no mercado paralelo.

Pode-se-ia afirmar que essa vantagem, a de se poder programar a venda, pode ser atribuída a qualquer outro produto: feijão, milho, arroz etc. Na realidade, isso não acontece. Para se poder guardar os grãos, eles têm que estar bem secos e serem armazenados em lugar adequado para evitar umidade e pragas, que requerem, também, o uso de inseticidas. Grande parte dos entrevistados queixou-se da falta de secadores e do alto preço cobrado por esse serviço, geralmente mal feito. Lugar para armazenar também não é tão fácil, já que se usa um mesmo paiol para guardar todos os produtos.

Há um último elemento que não se pode esquecer quando se fala no rendimento da suinocultura: o desvio de ração. A alimentação dos porcos nem sempre segue à risca as instruções. Para economizar ração, o produtor, às vezes, dá a eles outro tipo de alimento. O procedimento mais comum, entretanto, é conseguir mais ração do frigorífico do que a necessária. Com o milho e o concentrado[5] fornecidos, ele alimenta também os outros animais, principalmente as vacas que, com isso, dão mais leite. Todo suinocultor tem gado bovino e, geralmente, comercializa o leite mesmo que seja em pequenas proporções. Na região, os vendedores vêm buscar esse produto nas propriedades, com caminhonetes, e, depois, entregam-no de porta em porta. Além da ração, os remédios e a assistência técnica também são utilizados para outras criações. Os veterinários do frigorífico costumam visitar as propriedades dos fornecedores de 15 em 15 dias e, quando o fazem, não se negam a responder questões sobre outros tipos de animais, desde que deles entendam.

O mais importante, no comportamento descrito, é que os suinocultores o assumem plenamente. O desvio não só era geral como totalmente admitido. Eles diziam que, já que a ração não era dada, e sim paga por eles, utilizavam-na como queriam. É óbvio que nesse raciocínio existe um senão. Afi-

5. A ração concentrada fornecida pela empresa é conhecida, na região, simplesmente por "concentrado".

nal, a firma entrega os insumos em casa, a preço de fábrica, não cobra o frete, e os integrados só pagam quando entregam o produto. Mas o suinocultor se justifica dizendo que o frigorífico também paga pouco pelos porcos, então uma coisa compensa a outra. Em todo caso, eles têm a delicadeza de desviar uma quantidade mais ou menos aceitável por parte do técnico e nunca admitir, perante ele, que o fazem. Quando o fato está muito evidente, o técnico dá a entender que é melhor "não dar tanta ração aos porcos".

> P. *Mas não é proibido dar a ração do porco para os outros animais?*
>
> R. Aqui não, não pode fazer muita campanha (propaganda) não. Mas nós aqui usamos sempre e o pedido que nós fizemos, eles mandam. Porque, em geral, se você gasta 10 sacos de milho esse mês... mas se eu peço 5 ou 6 kg a mais[6], eles mandam. Com o remédio, também. Às vezes, eu compro remédio para a sarna dos porcos, ele mata carrapato, mata berne das vacas, mata a sarna das vacas, então serve, né? E, às vezes, (os técnicos) dão assistência à doença de galinha, quando eles entendem, ou eu mesmo peço. Então são coisas que saem da integração, *tudo é ligado no fim*. É por isso que eu ainda não saí da integração. (Suinocultor integrado).

Todo suinocultor tem algumas cabeças de gado leiteiro. Como as propriedades são pequenas, a área de pastos, ou de potreiro, como chamam, não é muito grande. Outros produtos, como o milho, a cana e a ração comprada, vêm, então, complementar a alimentação dos animais. Nesse contexto, o uso do milho e do concentrado comprados para o porco é um elemento importante para o produtor. O fato do desvio ser proporcionalmente pequeno não diminui sua importância, porque o número de suínos é sempre muito maior que o de gado bovino. Num exemplo típico, o produtor tinha, em média, 200 porcos de diferentes idades para alimentar e cerca de 10 cabeças de gado, sendo que a metade era de terneiros.

O cálculo do rendimento do produto integrado só nos ajuda a compreender a relação com a agroindústria se levarmos em conta o tipo de raciocínio que faz o agricultor. Para ele, o que importa é a existência de um saldo positivo no final do ano agrícola, seja em dinheiro, seja em benfeitoria. Esse saldo nunca é o resultado de um único produto, mas da convivência "simbiótica" dos vários ramos a que um proprietário se dedica, embora nem

---

6. Essa proporção está um tanto "modesta" frente ao que foi observado.

sempre a "simbiose" seja tranqüila. Como o proprietário procura combinar as necessidades de diferentes lavouras, em anos normais os problemas são poucos. Em anos atípicos, porém, quando há seca ou chuvas em excesso, o agricultor fica muitas vezes sem saber o que desejar. Uma chuva tardia pode beneficiar um produto, mas prejudicar outro.

Apesar dos possíveis "choques" entre as exigências dos diferentes produtos, na valorização de cada ùm deles a relação mantida com o restante da propriedade tem papel relevante. Daí a significância da frase contida na última citação: "Então, são coisas que saem da integração, tudo é ligado no fim".

A dívida como uma forma de relacionamento social

A rigor, há dois tipos de dívida: a que o produtor contrai com o banco para construir as instalações necessárias e a que ele tem com a firma, decorrente do fornecimento de insumos. Quanto à primeira, na região estudada, ela não tem muito peso, pois os suinocultores entrevistados investiram em instalações no final da década de 70, quando os empréstimos bancários estavam subsidiados[7]. Os suinocultores integrados, como já criavam porcos anteriormente, não tiveram que começar da estaca zero no que se refere às instalações. Foram reformando as que já tinham. Foram ampliando e melhorando quando sentiam que a situação estava favorável a isso, sendo que, às vezes, utilizavam boa parte de recursos próprios. Os empréstimos foram feitos com juros abaixo de 30%, com prazos que variavam de 8 a 12 anos e com um período de dois anos de carência. Os juros e as amortizações eram pagos em duas prestações anuais, em meses diferentes. Um dos entrevistados havia feito, em 1978, uma pocilga totalmente nova, isto é, não reformou a antiga — o que seria um procedimento mais comum — e, mesmo assim, referiu-se às despesas do empréstimo como a "algumas prestaçõezinhas, nem

---

7. No Brasil, o período que se inicia em 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito e que vai até 1979 é um período de créditos subsidiados para a agricultura. O dinheiro era emprestado a juros negativos, permitindo uma transferência de valores a favor do devedor proporcionada pelo diferencial entre a taxa de inflação e a taxa de juros. Para maiores esclarecimentos ver Pinto (1981).

sei quantas, de Cr$ 28.000,00". Em geral, com dois porcos vendidos no mercado paralelo, paga-se a prestação.

As prestações referentes à aquisição de pocilgas são mais ou menos fixas, pois são calculadas de tal modo que, conforme sobe o valor relativo ao pagamento do capital, abaixa o referente aos juros; com isso, seu valor vai-se tornando menor em virtude das altas taxas de inflação. Também os juros e as amortizações do capital são pagos separadamente, em épocas diferentes do ano, o que torna as prestações mais acessíveis. A partir de 1980, com o aumento da taxa de juros, cessou por completo o investimento em instalações na região. Encontramos um único caso de suinocultor que se integrou após essa data, mas ele havia construído as instalações por conta própria.

Quanto ao segundo tipo de dívida, a que o suinocultor tem com a empresa, não chega, também, a formar um montante muito alto, porque, geralmente, ela é paga quando se entrega o produto, e isso é feito todo mês. Porém, como não é cobrado juro sobre a dívida, "rolá-la" é sempre vantagem. A empresa, embora tenha uma certa tolerância, não permite que as contas se acumulem. Quando estávamos na área, havia pressão por parte da empresa sobre os encarregados de fazer o acerto de contas com os produtores, para que a dívida não ultrapassasse 45 dias. Menos que isso também ficaria difícil para o frigorífico exigir, porque ele próprio paga o produto recebido trinta dias depois, sem juros.

A obrigação de comprar insumos da empresa raramente é questionada. Ao contrário, os produtores confiam mais nos produtos fornecidos por ela do que nos vendidos livremente no mercado, e não consideram o preço excessivo. Que o frigorífico tenha lucro com isso também é aceito. Para o produtor, ganhar dinheiro numa transação comercial é perfeitamente normal. O problema não é a firma deixar de lucrar, é ele, produtor, ser mais bem pago pelo seu produto.

Estar devendo à empresa, ou ter dinheiro a receber dela, é a situação geral, pois é isso que caracteriza a relação "compromisso" que é mantida. Apesar da existência de um contrato assinado, nada impede que legalmente a relação se rompa, mesmo sem aviso prévio[8]. A continuidade é mantida, a

---

8. O frigorífico pede "um lote de aviso", isto é, que o integrado avise que pretende desligar-se antes de entregar o último lote de animais. Mas, segundo os entrevistados, não há sanção se

nível da representação, por esse jogo de pequenos endividamentos. O ciclo nunca se completa para começar de novo, como é o caso dos empréstimos bancários. Não importa ao banco que um determinado agricultor empreste ou deixe de emprestar dinheiro. O que importa é o número total de empréstimos. Para a agroindústria, um fornecedor de matéria-prima não é tão facilmente substituído por outros, pois não se adquire instalações, plantel e experiência de um dia para outro. Manter a relação é fundamental, mas não há como obrigar um proprietário a fornecer porcos anos a fio. Mesmo que fosse possível, talvez não fosse o melhor método. O que facilita a manutenção da relação é que o produtor também está interessado num mercado seguro. Como a continuidade dessa situação não está garantida legalmente, pois o contrato só tem poder de coação enquanto houver dívida por parte de um dos lados, dívida perfeitamente saldável, a "confiança" é um elemento essencial. Devendo um ao outro, empresa e produtor permanecem ligados, pois a dívida representa a confiança que se tem na manutenção do relacionamento.

> Porque se eu compro milho da Eliane[9], eu fico comprometido de vender o porco, que é produto do milho, também para a Eliane. Eu não vou ser tão esquisito de comprar o milho deles e vender o porco para outro, para deixar para pagar a dívida lá o ano que vem. *Então a gente fica assim ligado. Não é obrigado, que ligado, pra mim, é uma e obrigado é outra.* Mas a gente fica ligado sim, porque se trazem a ração aqui em casa, tem assistência técnica, me entregam remédios, se bem que eu pago caro, eu não vou dizer: `Essa partida de agora não é prá vocês, é prá outro que pague mais'. Paciência, né, não tem jeito. (Suinocultor integrado).

É interessante como o frigorífico, que, sendo uma agroindústria, representa um dos aspectos mais "modernos" do meio rural brasileiro, acaba por atualizar, mesmo que parcialmente, antigas relações de patronagem, tais como as que existiam entre comerciantes e produtores na primeira metade do século. Nessa época, o comerciante não era somente o elemento que comprava os produtos dos colonos, mas era aquele também que fornecia tudo o que suas famílias necessitavam. A relação era estabelecida da seguinte forma: os agricultores iam buscar na casa de comércio o que precisassem durante o ano, fosse sal, azeite, tecidos, sapatos, ferramentas

---

isso não acontecer.

9. Eliane é o nome do grupo responsável pelo frigorífico.

etc. Em troca dessa confiança do comerciante, que lhes permitia comprar sem dinheiro, os fregueses lhe entregavam toda a sua produção destinada à venda e se estabelecia uma conta corrente[10] constantemente atualizada. Nesse tipo de relação, não é de estranhar que os preços dos produtos, tanto comprados quanto vendidos, fossem estabelecidos pelo dono da venda.

A livre comercialização de seus produtos e o poder de estabelecer seu preço nunca foram prerrogativas dos colonos. O sistema integrado só veio dar nova forma a essa antiga situação. Cremos, portanto, que, pelo menos na região estudada, não se pode falar que a ligação com a agroindústria significou uma perda de autonomia dos produtores em relação à comercialização. Já em 1902, em um relatório escrito pelo príncipe Gherardo Pio de Savóia, régio cônsul italiano em Florianópolis, ele diz que "a tirania exercida sobre os colonos, impunemente, pelas poucas casas comerciais do interior do Estado" era uma das causas de mal-estar nas colônias (Dall'Alba 1983: 137). Em outro livro, o mesmo autor (1973: 91 e 208) faz referência à existência de "convênio" por parte dos comerciantes para manter o preço e a um boicote por parte dos produtores, no começo do século, para forçar os vendedores a pagar melhor. Diante da força dos comerciantes, o boicote fracassou.

A relação com o comerciante ultrapassava os limites de uma relação puramente mercantil. Havia uma dependência do produtor frente ao dono da venda, pois, caso este não quisesse lhe fornecer os bens necessários até uma nova safra, havia poucas alternativas de sobrevivência. Por isso, ele se submetia a comprar e a vender pelo preço estabelecido pelo comerciante. Por outro lado, ao vendeiro interessava receber produtos agrícolas em pagamento das dívidas, pois disso dependia a continuidade de seus negócios. Estabelecia-se, então, um compromisso entre as duas partes. Não havia um contrato formal, mas dificilmente um agricultor entregava seus produtos em outro estabelecimento que não aquele onde era freguês, onde comprava fiado o ano todo. O dono do estabelecimento, por sua vez, desde que o freguês fosse "bom", isto é, cumprisse o compromisso estabelecido, perdoava atrasos no pagamento, se houvesse justificativas.

---

10. É interessante notar que um dirigente do frigorífico, ao tentar nos explicar como funciona a relação da empresa com o suinocultor, referiu-se explicitamente a "uma espécie de conta-corrente".

Esta relação entre comerciante e produtor pode ser considerada como uma relação "padrão-cliente" no sentido utilizado por Foster (1967: 216). Segundo este autor, as características principais dessa forma de relacionamento são: a) patrão e cliente trocam bens e serviços diferentes, mantendo uma relação assimétrica que se diferencia da relação entre "amigos", onde o que é dado assemelha-se ao que é retribuído; b) a relação não é controlada por uma "balança rígida", imperando uma certa boa vontade de ambas as partes; c) quando o compromisso é completamente saldado, cessa a relação.

Esse ponto é importante em nossa análise porque as agroindústrias mantêm, atualmente, muito dessa antiga relação de patronagem. Na verdade, as três caracterísitcas assinaladas por Foster estão presentes. Também, parte das críticas que se fazem às empresas integradoras poderiam ser perfeitamente dirigidas aos antigos comerciantes e até mesmo aos atuais, tais como: imposição do preço, pressão para que o produto não seja vendido a terceiros, monopólio do comérico de uma determinada região e assimetria nas relações mantidas com os produtores devido às diferenças de poder econômico.

Chegamos, aqui, ao conceito de "autonomia". Diz-se geralmente que o produtor integrado perde a autonomia. Porém nessa afirmação estão confundidas pelo menos quatro formas de autonomia a serem distinguidas: com relação ao processo produtivo; à compra de insumos; à venda dos produtos; e à reposição dos pressupostos da produção. Os produtores do sul nunca tiveram nem a segunda e nem a terceira. A primeira sofreu alteração com o aparecimento das agroindústrias, mas, novamente, a necessidade de se estabelecerem relações esclarecedoras se impõe. É somente com relação ao produto integrado que o produtor hoje, como veremos, segue as prescrições das firmas integradoras. Sendo ele um policultor, e sendo que o produto integrado nem sempre é o principal, falar em perda de autonomia em abstrato é privilegiar demais um dos aspectos de sua relação com a unidade produtora. A quarta forma de autonomia também sofreu uma alteração ao longo do tempo, mas essa alteração não se deve apenas ao aparecimento das agroindústrias, mas, principalmente, ao estabelecimento do crédito bancário. Na ocasião da pesquisa, era quase inexistente a figura do agricultor que produzia por conta própria, sem recorrer ao banco ou sem receber insumos das agroindústrias. Diversas fontes consultadas fazem com que estimemos a porcentagem dos que recorrem ao banco em mais de 90% dos produtores.

O fato de existir contrato escrito entre empresas e produtores não deve ser visto como algo oposto à situação descrita por Foster (1967). Esse con-

trato é suficientemente lacônico para permitir que haja "troca de favores" que solidifiquem a relação e a caracterizem como uma relação do tipo "patrão-cliente" onde, apesar da assimetria das posições do patrão e do cliente, a relação não se caracteriza pela imposição, mas pelo jogo de obrigações mútuas.

No que se refere aos laços informais, não se pode ignorar a importância das relações de amizade entre os dirigentes da empresa, os técnicos e os criadores. Alguns dos criadores colocam essa amizade como um dos elementos importantes na decisão de integrar-se. O fato dos filhos, irmãos ou sobrinhos dos produtores trabalharem no frigorífico facilita essa relação. Mesmo os ex-suinocultores integrados entrevistados procuraram situar suas divergências com a empresa no campo estritamente financeiro.

A empresa, por sua vez, estimula essa amizade através de certa tolerância no que se refere aos prazos de pagamento das dívidas, e ao desvio de um ou outro animal e de parte "tolerável" da ração e dos medicamentos. Mesmo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais o FRISULCA procura manter relacionamento amistoso. Ofereceu a um dos membros da diretoria desse órgão, em Forquilhinha, um treinamento gratuito sobre inseminação artificial, e fornece sêmen, também gratuitamente, para ser usado em matrizes de suinocultores não integrados. Também, há reuniões periódicas entre a diretoria da empresa e os integrados, onde se tenta explicar o porquê de certas medidas. Pelo que percebemos, os dirigentes não se furtam a dar explicações, se conseguem ou não convencer é outro problema. Segundo um ex-integrado, os dirigentes, se não têm razão, têm pelo menos boa capacidade de persuasão.

> Pois a gente sabe o que passou com a gente no tempo que.era integrado. Aí a gente estava desanimado, aí ia lá: "Vou desistir!". Chegava lá no escritório... começava a chorar. Daqui há pouco, eles conversavam, conversavam, olha, a gente saía de lá tudo enrolado, contente de novo. (Suinocultor ex-integrado).

A empresa também faz uma festa anual de confraternização. Apesar dos integrados admitirem que, no mínimo, quem está pagando a festa são eles mesmos, já que vendem o porco mais barato, e que o objetivo é "alisá-los" um pouco, eles, por outro lado, gostam de saber que, pelo menos, a firma tem que se dar a esse trabalho de vez em quando para agradá-los, sinal de que não são assim tão dóceis.

Porém a amizade pura e simples não seria suficiente para manter a relação agroindústria/produtor. Se, como vimos, não são as dívidas que impedem o suinocultor de abandonar a empresa, novos elementos devem ser acrescentados à análise. Esses elementos se apresentam resumidos na expressão "falta de capital de giro" utilizada pelos entrevistados. O problema central é que os criadores não podem mais, sozinhos, arcar com os custos de produção[11]: compra de milho em outros Estados, transporte, assistência técnica, pesquisas etc. Por trás deles há uma empresa que trabalha em termos de economia de escala. Se fica excessivamente oneroso para um produtor comprar milho em Goiás ou Mato Grosso, para a empresa, que compra em grande quantidade, é compensador. A região sul do Estado também não é auto-suficiente na sua produção de soja, que é outro elemento importante na composição da ração para suínos. A firma tem silos em outros Estados para armazenar a produção comprada. O produtor se refere a isto dizendo que não tem "capital de giro" para produzir sozinho. Isso se acentua durante as crises do produto, tanto assim que o número de suinocultores no sul do Estado, de acordo com a estimativa de técnicos do CEPA, diminuiu de 10 a 15% nos últimos anos, principalmente depois de 1978, devido à peste suína e à crise de preços[12]. A extensão do rebanho, porém, não diminuiu na mesma proporção porque houve aumento do número de criadeiras dentro das propriedades. Esse fato não é uma contradição. Técnicos e colonos dizem que o número maior de criadeiras otimiza os recursos.

> ... vantagens na integração há, porque, se o agricultor fosse criar suínos sem a integração, precisa um grande *capital de giro* e isso agricultor nenhum tem. Pelo menos que eu conheça não. E, sendo integrado, eles (o frigorífico) fornecem o medicamento, o milho quando falta, o concentrado, reprodutores, tudo eles fornecem. E você vai pagar só através de porco terminado que você entrega na firma. Então há uma grande facilidade nesse meio. Agora, não adianta você receber tudo, entregar porco e nunca sobrar nada para gente, que também deve sobrar alguma coisa pelo benefício do trabalho que a gente faz, né? (Ex-suinocultor integrado).

---

11. Se antes podiam, era porque, quando produziam porcos por conta própria, produziam animais tipo banha e não tipo carne, como exige o frigorífico. O porco tipo banha podia ser alimentado com abóbora, mandioca e batata-doce produzidos na propriedade. O tipo carne já não, por isso requer mais milho do que podem produzir os suinocultores.
12. Essa diminuição se refere apenas aos agricultores que têm o porco como produto principal.

Mesmo que tivessem "capital de giro", segundo os entrevistados, não poderiam romper com o frigorífico, porque o mercado paralelo absorveria apenas pequena parte da produção: teriam, então, que continuar vendendo para a empresa e ela continuaria a estabelecer o preço. Os próprios ex-integrados que se estabeleceram como suinocultores independentes admitem que só têm mercado porque são poucos. Também é esse número reduzido que faz com que não tenham problema de abastecimento de milho, pois a região sul do Estado está bem longe de ser auto-suficiente nesse produto. Mesmo assim, na segunda vez em que fomos ao campo, visitamos um suinocultor ex-integrado que havíamos entrevistado na primeira vez, e que estava havia dois anos mantendo-se como produtor independente com relativo sucesso. Ele, porém, havia sobrevivido a duras penas à escassez e à alta do preço do milho ocorridas no segundo semestre de 1983. O número de matrizes estava bem reduzido, havia uma tentativa de maior diversificação através da horticultura, antes inexistente, e do aumento da venda de leite. Isto tudo levando-se em conta que a maioria dos filhos já era financeiramente independente.

Há, portanto, dois momentos de dependência do produtor com relação ao frigorífico que é preciso diferenciar. São coisas distintas dizer que ele deve ao frigorífico e dizer que ele não pode mais arcar sozinho com a produção de porcos. Como vimos, a dívida pode ser saldada a qualquer instante. É o segundo momento que realmente importa quando se fala em dependência. O interessante, porém, é que esse não é um problema só do suinocultor integrado e nem só dos produtores que estão ligados às agroindústrias. O agricultor do sul do Estado não repõe sozinho os pressupostos da produção. Ele empresta dinheiro do banco para plantar. A questão transcende a ligação com as agroindústrias. É a evolução técnica que exige maiores investimentos e é a política agrícola adotada no País que faz com que o preço pago pelo produto final não seja suficiente para que o ciclo produtivo continue. A agroindústria, então, ao invés de ser vista pelo produtor como o pólo dominante da relação, é vista como o elo que lhe permite pertencer ao círculo dos que "não ficaram para trás", dos que "se modernizaram". Mesmo quando criticam a empresa integradora, a idéia é a de que "se está ruim com ela, pior seria sem", tanto assim que um ponto comum nos estudos sobre integração, mesmo nos mais críticos, é a constatação de que o produtor não quer

deixar de ser integrado[13], mas melhorar seu poder de barganha junto às empresas.

Finalizando, queremos dizer que este trabalho não tem a intenção de fazer pensar que "o sistema de integração não é tão ruim quanto dizem" apenas porque procura demostrar que não há entre empresa e produtor alguma espécie de "escravidão por dívida". Se o agricultor dificilmente se desliga da empresa, isso não deriva de impossibilidades legais nem da "ignorância ou passividade" do homem do campo. Deriva, isso sim, da falta de alternativas viáveis causada por um Estado que define suas políticas agrícolas sem ouvir e muito menos respeitar um dos principais interessados, isto é, os pequenos produtores rurais.

BIBLIOGRAFIA

ALTMANN, Rubens. 1980. *Analysis de la Filière de Viande Porcine dans l'Etat de Santa Catarina - Brésil.* Tese de doutoramento apresentada na Faculté de Droit et des Economiques. Montpellier (mimeo).

BESKOW, Paulo R. 1980. Agricultura e capitalismo no Brasil. *Encontros com a Civilização Brasileira* 19: 113-125. Rio de Janeiro.

CEAG/SC (Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina). 1978. *Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em Suínos e Aves em Santa Catarina.* Florianópolis (mimeo).

______. 1980. *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (Séc. XVII - 1960).* Florianópolis.

CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). 1980. *Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo em Santa Cruz do Sul.* São Paulo.

CRIAEC (Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas). 1982. Sistemas Integrados de Produção; Análise Especial. *Boletim CRIAEC* 1 (5). Ijuí.

CHAYANOV, A.V. 1981. "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas". In *A Questão Agrária* (J. Graziano da SILVA e Verena STOLCKE, orgs.). São Paulo: Brasiliense. pp. 133-163.

CRAVO, Vera Z. 1978. *O Ramal da Fome: a Pequena Produção Agrícola e o Capitalismo.* Dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica. São Paulo (mimeo.).

DALL'ALBA, João L. 1973. *O Vale de Braço do Norte.* Orleans: Edição do Autor.

---

13. Ribeiro *et alii* (1981: 128); CEAG/SC (1978: 276); Dal Rosso *et alii* (1981: 110); Liedke (1977: 113) e Lenzi *et alii* (1981: 108).

______. 1983. *Imigração Italiana em Santa Catarina*. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul e Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Florianópolis: Lunardelli.

DAL ROSSO, Sadi et alii. 1981. *A Produção Integrada Contratual na Avicultura do Distrito Federal*. Relatório de pesquisa. Brasília (mimeo.).

FOSTER, George M. 1967. "Peasant Society and the Image of Limited Good". In *Peasant Society - a Reader* (POTTER, DIAZ e FOSTER, orgs.) Boston; Little, Brown & Co. pp. 300-323.

LENZI, Zuleika M., M. M. Amélia DICKIE e M. Ignez PAULILO. 1981. *Análise da Ação Assistencial e Extensionista de Órgãos Públicos e Privados em Área Rural do Estado de Santa Catarina*. Relatório de pesquisa apresentado à UFSC/FUCAT. Florianópolis (mimeo.).

LIEDKE, Élide R. 1977. *Capitalismo e Camponeses*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Brasília. Brasília (mimeo.).

LOVISOLO, Hugo R. 1982. *Terra, Trabalho e Capital; Produção Familiar e Acumulação*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro (mimeo.).

PAULILO, M. Ignez. 1987. *A Integração no Sul do Estado de Santa Catarina*. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro (mimeo.).

PINTO, L. Carlos G. 1981. *Notas sobre a Política de Crédito Rural*. Campinas (mimeo.).

RIBEIRO, Ivan de O. *et alii*. 1981. *Modernização e Diferenciação Social na Agricultura Brasileira; um Estudo no Extremo-Oeste do Paraná*. Relatório de Pesquisa apresentado ao Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (mimeo.).

SEYFERT, Giralda. 1983. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim; um Estudo de Desenvolvimento Econômico*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. Rio de Janeiro (mimeo.).

SILVA, J. Graziano da. 1982. *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

SOLÉ, Miguel. 1985. "Las Condiciones de Vida y de Trabalho de los Trabajadores Rurales Argentinos". Trabalho apresentado no Primer Congreso Argentino de Antropologia Rural. Buenos Aires (mimeo.).

SORJ, Bernardo. 1980. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Otávio G. 1980. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar.

WILKINSON, John. 1986. *O Estado, a Agricultura e a Pequena Produção*. São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA/BA.